



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA BÁ

REQUERIMENTO Nº = 1013 / 2019

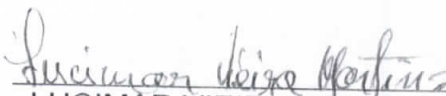
Requer a transcrição, para os anais desta Casa Legislativa Municipal, da matéria "Pedido de ajuda à bancada federal", publicada no Jornal Diário do Nordeste, edição de 12 de março de 2019.

Exmº Sr. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.

A Vereadora LUCIMAR VIEIRA MARTINS (BÁ) vem à presença de V. Exª requerer que se digne proceder a transcrição, para os anais da Câmara Municipal de Fortaleza, da matéria "*Pedido de ajuda à bancada federal*", em anexo, publicada no Jornal Diário do Nordeste, página 20, seção Política, edição de 12 de março de 2019.

"Prefeitos querem destravar receita do ISS, royalties e salário-educação. A bancada cearense tem a missão de sensibilizar os ministros do Supremo Tribunal Federal para julgar os processos pendentes que tratam de verbas para os municípios. A expectativa é que pautas aliviem os cofres das Prefeituras"

Departamento Legislativo, em ____ de março de 2019.


LUCIMAR VIEIRA MARTINS (BÁ)
Vereadora do PTC



POLÍTICA



A bancada cearense recebeu um conjunto de demandas dos prefeitos cearenses para a solução de impasses financeiros. A intenção é que pautas urgentes aliviem os cofres das Prefeituras

Prefeitos querem destravar receita do ISS, royalties e salário-educação
A bancada cearense tem a missão de sensibilizar os ministros do Supremo Tribunal Federal para julgar os processos pendentes que tratam de verbas para os municípios. A expectativa é que pautas aliviem os cofres das Prefeituras

#Prefeituras



Wagner Mendes / Flávio Rovere

politica@verdesmares.com.br

Pedido de ajuda à bancada federal

DEPUTADOS FEDERAIS FORAM AO ENCONTRO

Mais da metade da bancada cearense participou da reunião. Alerta: um senador compareceu.

A crise nos cofres públicos dos municípios fez com que dezenas de prefeitos do Ceará, reuniões, ontem, na sede da Associação dos Municípios do Ceará (Aprece), em-merassem uma série de pautas conjuntas e urgentes para demandar deputados federais cearenses no Congresso Nacional.

Entre os principais mecanismos a serem destravados em Brasília, estão pelo menos três pontos que podem aliviar o déficit econômico dos prefeitos: os repasses dos royalties do petróleo, do salário-educação e do Imposto Sobre Serviço do cartão de crédito. O movimento tem o objetivo de recuperar a perda quase bilionária acumulada nos últimos dez anos.

Os pontos urgentes colocados como prioridade aos deputados estão travados no Supremo Tribunal Federal (STF). É o caso, por exemplo, da distribuição de cotas do salário-educação. Ainda em novembro do ano passado, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu, ao pedir vistas, o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 188, dos nove estados nordestinos, que pedem a revisão da distribuição do recurso.

Os estados querem que os valores sejam distribuídos conforme a quantidade de alunos matriculados na rede pública de ensino. Hoje, a metodologia é feita de acordo com a arrecadação local, uma afronta à Constituição, segundo a provocação dos estados, já que não há comprometimento com o fim das desigualdades regionais e sociais.

A expectativa é que a bancada do Ceará, em Brasília, com o apoio das demais bancadas do Nordeste, faça um trabalho de bastidores com os ministros do Supremo para acelerar o julgamento das questões que podem resolver parte dos problemas das Prefeituras.

O novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da